

O(A) PEDAGOGO(A) E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: APORTES DA HISTÓRIA E DE PESQUISAS ACADÊMICAS

THE PEDAGOGUE AND NON-FORMAL EDUCATION: CONTRIBUTIONS FROM HISTORY AND ACADEMIC RESEARCH

Maria Florentina Lapadula*
Célia Maria Fernandes Nunes**
Odair França de Carvalho***

RESUMO: Desde o século XX, no mundo ocidental, a educação das pessoas é conduzida por um agente principal, a escola pública. Segundo diferentes autores, este espaço educacional tem sido o âmbito hegemônico de atuação dos pedagogos e das pedagogas até início do século XXI, época em que o campo de atuação se diversifica. Embora a escola continue sendo o espaço educacional central onde estes se desenvolvem, existem outros como Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos sociais, empresas, hospitais, a mídia, instituições culturais, educação especial, etc. Com o intuito de conhecer mais esse campo e assim contribuir na reflexão sobre a formação dos Pedagogos desenvolvemos uma pesquisa que teve como objetivo adentrar na história da educação não formal e na produção acadêmica sobre o tema. Para seu desenvolvimento a metodologia percorreu o seguinte itinerário: realizamos uma pesquisa bibliográfica e logo após um levantamento das produções, com o objetivo de conhecer o que se tem investigado sobre o objeto de estudo. Concluiu-se que esse mapeamento nos proporcionou identificar a incipiência de pesquisas sobre a temática da educação não formal.

Palavras-chave: Educação não formal; Formação do pedagogo; Estado da arte.

ABSTRACT: Since the 20th century, in the western world, the education of the people is led by a principal agent, the public school. According to different authors, this education space, has been the hegemonic scope of action of teachers and of him until the beginning of the 21st century, at which time the field if diversifies. Although the school remains the central educational space

* Mestra em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Docente do Instituto de Formação Docente de La Plata (Argentina). Contato: florentina.lapadula@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Contato: celia@ichs.ufop.br

*** Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Universidade de Pernambuco (UPE). Contato: odair.carvalho@upe.br

where they develop, there are others such as non-governmental organizations (NGOS), trade unions, social movements, companies, hospitals, the media, cultural institutions, special education, etc. In order to know more about this field and thus contribute to the reflection on the formation of the educators have developed a research that aimed to penetrate in the history of non-formal education and academic production on the theme. For the development of the methodology has traveled the following itinerary: We performed a bibliographic search and soon after a survey of production, with the goal of knowing what has investigated about the object of study. It was concluded that this mapping gave us identify the low of researches about the subject of non-formal education.

Keywords: Non-formal education; Training of the pedagogue; State of the art.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental de todos os seres humanos, que tem o objetivo primordial de gerar o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Desde o século XX, no mundo ocidental, a educação das pessoas é conduzida por um agente principal, a escola pública. Segundo diferentes autores, este espaço educacional, tem sido o âmbito hegemônico de atuação dos pedagogos e das pedagogas (TRILLA BERNET, 1992; LIBÂNEO, 1998, 2012; VICENTE, 2014), até início do século XXI, época em que o campo de atuação se diversifica.

No contexto social, político, econômico e cultural atual podemos afirmar que é reconhecido um diverso campo de atuação dos Pedagogos (as). Embora a escola continue sendo o espaço educacional central onde estes se desenvolvem, existem outros como Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos sociais, empresas, hospitais, a mídia, instituições culturais, educação especial, etc. Segundo diferentes autores estes espaços educacionais para além da escola podem ser denominados não formais.

Gohn (1999) aclara que a existência dos espaços educativos chamados não formais começa, desde os anos oitenta a estender-se por o país tudo, e a ter influência na construção da subjetividade das pessoas. Ampliando assim a formação e atuação dos pedagogos e pedagogas.

A partir deste contexto, a universidade, começa re-pensar a formação inicial no âmbito da educação superior nos cursos de Pedagogia, considerando que os futuros profissionais poderão trabalhar em diferentes espaços educativos. Nas normativas do Curso de Pedagogia determina-se que aqueles que se formam como Licenciados poderão desenvolver-se em ambientes escolares e não- escolares (Parecer-CNE/CP nº 5/2005; Resolução-CNE/CP 1/2006, Resolução-CNE/CP 002/2015), incluindo no seu trajeto de formação inicial, disciplinas e Estágios Supervisados que abordem esta temática.

Gohn (2010) explica que na atualidade no Brasil existe uma lacuna nesta temática, sendo necessário conhecer a fundo sobre: a formação específica dos pedagogos na educação não formal; e conhecer e sistematizar o trabalho cotidiano nestes espaços.

Com o intuito de desvelar se ainda isto acontece e assim contribuir na reflexão sobre a formação dos Pedagogos e Pedagogas desenvolvemos uma pesquisa que teve como objetivo inicial adentrar na história e a produção acadêmica sobre o tema

Para seu desenvolvimento a metodologia percorreu o seguinte itinerário: realizamos uma pesquisa bibliográfica e logo após um levantamento das produções, com o objetivo de conhecer o que se tem investigado sobre o objeto de estudo. Ancoramos nossas buscas nos bancos de teses e dissertações do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- para obter informação sobre as investigações realizadas num período de catorze anos, de 2004 até 2018¹. Realizamos também uma pesquisa dos artigos apresentados nas Reuniões Nacionais da Anped – Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em educação nos últimos catorze anos. Para os levantamentos recorremos da utilização de cinco descritores: Educação não formal; Educação não escolar; Educação além da escola; Pedagogo não escolar e Espaço não escolar, que ajudaram na pesquisa bibliográfica dos documentos de teses, dissertações e artigos e a

1 No período de desenvolvimento da pesquisa verificamos que o banco de teses e dissertação da CAPES se encontrava em período de atualização, podendo achar só as pesquisas do ano 2011 e 2012, sendo as mesmas que se tinham achado no repertório do IBICT, tendo neste banco as pesquisas publicadas até 2018.

análise dos mesmos. Nesse sentido buscamos com esse referencial metodológico responder a questão norteadora desse artigo que constitui em identificar por meio de um levantamento a partir da História e de pesquisas o que nos diz a respeito da Pedagogia e a educação não formal.

O referencial teórico utilizado, perpassam as discussões acerca das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais acontecidas desde os anos 70, influenciam no conceito de educação, amplia-se o olhar sobre a mesma. Autores como (TRILLA, 1985, 1992, 2008; AFONSO, 1992; BRUSILOVSKY, 1994; TORRES, 1995; LIBÂNEO, 1998; GOHN, 1999, 2010; SIRVENT, 2011) tentaram definir o conceito de educação não formal, descrevendo de diferentes formas a todas as práticas educacionais realizadas em diversos espaços, objetivos, sujeitos, tempos e realidades; dividindo o conceito em três categorias à educação: formal, não formal e informal.

O trabalho está organizado em duas partes. Na primeira, apresentamos um breve histórico da construção do conceito - educação não formal. Na segunda apresentamos os achados a partir do levantamento e análise de dados realizados no Banco de Teses do IBICT sobre a educação não formal no Brasil. Na terceira parte, socializamos os achados da produção dos trabalhos apresentados nos GTs da ANPED entre os anos de 2005 até 2018, selecionando dois Grupos de Trabalho relacionados à temática desta pesquisa, sendo o número 6: Educação popular e o 8: Formação de professores. Por fim, tecemos algumas considerações. Nos limites deste texto, temos como objetivo contextualizar o surgimento do conceito de Educação não formal e apresentar o mapeamento acerca da produção acadêmica em relação à temática, a partir de uma pesquisa realizada em nível de mestrado na Universidade Federal de Ouro Preto, mas especificamente no Mestrado em Educação, mapeamento esse que nos proporcionou o diálogo com outros pesquisadores e apurar as novas concepções acerca da produção acadêmica.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não formal surge e começa-se a expandir, no mundo ocidental, a partir dos anos 1960 e 1970 (TRILLA, 2008; GOHN, 2010), num contexto econômico, político, social e educacional influenciados por um

momento particular; de crises: do modelo capitalista, das instituições governamentais, do sistema escolar e do modelo tradicional de família.

Dessa forma objetivando a compreensão de experiências não formais, é necessário analisar o que tem acontecido na realidade mundial e brasileira, enquanto os seus modelos econômicos e sua influência na vida social, política e cultural.

Luiz Carlos Bresser Pereira (2009), afirma que as sociedades modernas ocidentais são capitalistas, e se tem organizado em Estados-Nação soberanos. Mas o relacionamento entre o mercado e o Estado tem sido diferente segundo os modelos de produção adotados pelos diferentes países. Dos modelos existentes tem sido hegemônicos no último século o Estado de Bem Estar Social, passando para o Estado neoliberal, e atualmente sendo debatido, por diferentes autores, sobre sua implementação ou não em cada realidade.

O Estado de Bem Estar Social propôs uma complementariedade entre o Estado e o mercado, entre democracia e sistema capitalista, onde o Estado, através de suas intervenções fomenta o desenvolvimento social e econômicos dos países (BRESSER PEREIRA, 2009). No que refere ao mercado econômico, se aprofunda o fordismo, pensado desde um modelo de administração keynesiano², e se estabelece o crescimento de mercado interno e a substituição de importações. O Estado se apresenta como o regulador da economia, gerando políticas protecionistas, e proporcionando o bem estar dos trabalhadores, fornecendo saúde, educação, seguridade social, salário mínimo, entre outras. Incorporando-se novos direitos sociais aos políticos e civis existentes. (TORRES,1995)

Embora as formas de intervencionismo estatal, tenham sido implementadas de diferentes formas nos países, Harvey (1992, p. 130) assegura que

²“Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, 1936. Tais políticas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos.” (SANDRONI, 1999, p.324)

Mas notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas- gaullistas, na França, trabalhistas na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental, etc.- criam tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado de bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário. É claro que o fordismo dependia da assunção pela nação-Estado –como Gramsci previra- de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social.

Mas a partir dos anos 70 este modelo de economia e Estado entrou em crise, propondo-se o neoliberalismo como alternativa econômica, social, política e cultural.

O papel do Estado se reconstrói, diminuindo a sua intervenção na economia, na regulação do mercado e na garantia dos direitos sociais estabelecidos décadas passadas transformando-se num Estado gestor.

O Neoliberalismo, na América Latina ganhou impulso durante a última ditadura militar em todo o território, e estabelece-se definitivamente nos 90, por meio dos tratados de livre comércio, como o ALCA. Este modelo econômico é caracterizado pela abertura das barreiras de diferentes investidores com capital estrangeiro, por meio da estimulação dos créditos e benefícios; a privatização de bens e serviços estatais; a redução do gasto público; a flexibilização do trabalho. Segundo Torres (1995, p. 108)

O propósito deste pacote de políticas públicas é, a curto prazo, a redução do tamanho do déficit fiscal e o gasto público, da inflação e das taxas de câmbio e tarifas. A médio prazo, o ajuste estrutural baseia-se nas exportações como um motor para o desenvolvimento. Neste sentido, as políticas de estabilização ajuste estrutural buscam liberar o intercâmbio internacional, reduzir qualquer distorção na estrutura de preços, terminar com as políticas protecionistas e, conseqüentemente, facilitar o predomínio do mercado nas economias latino-americanas.

Os distintos programas e políticas públicas, na América Latina são propostas, controlado e financiadas por diferentes planos e estratégias dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, através de diferentes reuniões, orientações e programas, que abordam não só o plano econômico, senão também o político, cultural,

educacional, social, entre outros; tendo, em cada país, diferente influência e efeito. Segundo Torres (1995) um dos elementos principais para entender o desenvolvimento da política Neoliberal é a globalização do capitalismo, que gera uma reestruturação da economia mundial e propõe a globalização desta, e da tecnologia, ciência e cultura, construindo uma nova estrutura no mercado do trabalho e na cotidianidade social. Gohn (1999) afirma que a globalização econômica é um novo sistema de poder, que cria novas formas de dominação.

Com o neoliberalismo como modelo econômico, se instaura uma nova ideologia, que permeia toda a sociedade; valores como o consumismo, individualismo, competência, a eficiência e eficácia; flexibilidade; entre outros são propostos como necessários para adaptar-se no novo mundo. Mundo no qual, segundo Frigotto (2003), se estabelece uma nova organização social denominada sociedade de conhecimento, onde a formação começa ser imprescindível para desenvolve-se nela; Druker (1999) adverte que o novo profissional precisa de habilidades cognitivas e competências que lhe permitam transformar criativamente as diferentes informações em conhecimento e assim poder resolver problemas e melhorar a qualidade do seu trabalho.

Segundo Anderson (1997), o neoliberalismo economicamente fracassou mas foi um sucesso respeito ao aspecto social, político e ideológico.

Algumas das consequências deste modelo hegemônico, na América Latina, foram o aumento na brecha entre classes sociais, gerando mais desigualdade e exclusão nos povos; aumento dos índices de pobreza e desnutrição; aumento da privatização do ensino; exploração dos trabalhadores; corrupção nos governos; entre outras. Borón (1997, p. 43) analisa sobre o legado do neoliberalismo como ideologia dominante e afirma que este tem produzido;

Una sociedad heterogénea y fragmentada, surcada por profundas desigualdades de todo tipo clase, etnia, género, religión, etc. que fueron exacerbadas con la aplicación de las políticas neoliberales. Una sociedad de “los dos tercios”, o una sociedad “a dos velocidades”, como suele ser denominada en Europa, porque hay un amplio sector social, un tercio excluido y fatalmente condenado a la marginación y que no puede ser “reconvertido” laboralmente ni insertarse en los mercados de trabajo formales de

los capitalismos desarrollados. Esta creciente fragmentación de lo social que potenciaron las políticas conservadoras fue a su vez reforzada por el formidable avance tecnológico y científico y su impacto sobre el paradigma productivo contemporáneo.

Neste contexto de mudanças econômicas, culturais, sociais e educacionais, Gohn (1999) explica que a educação é uma área fundamental por duas razões, por um lado já que com esta pode-se enfrentar os desafios propostos pela globalização, numa sociedade do conhecimento e com o avanço da tecnologia; pelo outro uma ferramenta para promover o acesso aos excluídos aos direitos de cidadania. Assim propõe começar a entender a educação como um conceito amplo, que abarca diferentes espaços, formais e não formais.

A Educação ganha importância na era da globalização porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimento e informação(...) A Educação ganha também centralidade no discursos e políticas sociais porque competirá a ela ser um instrumento de democratização, num mercado de escolhas e oportunidades. (GOHN, 1999, p. 12)

Trilla (2008) também afirma que a educação é fundamental neste novo contexto. Segundo ele, será nos anos 70 que começam a existir diferentes discursos pedagógicos que reconhecem o limite da escola para abordar todas as necessidades exigidas à educação. O autor ao analisar o contexto real onde surgem as diferentes experiências fora da escola, expõe que diferentes fatores econômicos, sociais, tecnológicos, entre outros, geram novas necessidades educacionais e com elas novas práticas pedagógicas não formais para satisfazê-las. Entre estes fatores descreve sete:

- O crescente aumento da demanda de educação em face da incorporação de setores sociais tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais convencionais (adultos, idosos, mulheres, minorias étnicas, etc.).
- Transformações no mundo do trabalho [...]
- [...] -Ampliação do tempo livre. [...]
- Mudanças na instituição familiar em outros aspectos da vida cotidiana. [...]
- Presença crescente dos meios de comunicação de massa na vida social, evidenciando a real onipresença da ação educativa

e a necessidade de ampliar a atenção pedagógica antes centrada quase exclusivamente na escola, bem como a pertinência de discutir até mesmo sua função.

-Desenvolvimento de novas tecnologias, que permitem conceber processos de formação e aprendizagem, à margem dos sistemas presenciais da escolaridade convencional.

-Crescente sensibilidade social para a necessidade de implementar ações educativas em setores da população em conflito, socioeconomicamente marginalizados, deficientes, etc., seja como aspiração de avanço na justiça social e no Estado de bem-estar, seja buscando a pura funcionalidade do controle social. (TRILLA, 2008, p. 19)

Outro dos fatores, segundo Gohn (2010), que influenciaram na construção destas experiências educacionais, foram as diferentes contribuições de pesquisadores na área educacional e as diferentes conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas - ONU e a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO e os documentos³ produzidos nestas, nos anos 90. Os quais promoveram um novo olhar sobre a educação, abrindo o campo para outras experiências fora da escola.

Resumindo, os fatores que influenciaram na construção da educação não formal podem derivar-se: da crise do capitalismo, da globalização econômica e cultural, das mudanças no campo do trabalho, do avanço tecnológico, da construção duma sociedade da informação e conhecimento. Assim também como o aprofundamento da desigualdade e a exclusão social, a ampliação dos direitos da cidadania, a crise da escola, as transformações na instituição familiar, a ampliação do tempo livre, o aporte pedagógico de diferentes acadêmicos, educadores e documentos internacionais realizados.

Estes são os fatores que se desenvolveram durante os últimos quarenta anos, os quais abarcam todos os espaços da vida humana e todas as classes sociais,

Coloca-se à educação num lugar central na cotidianidade das pessoas, necessitando de outras propostas educacionais, além das formais construídas historicamente para a função de formação dos sujeitos.

3 "Declaração mundial sobre educação para todos" (1990) e "Plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem" (1990).

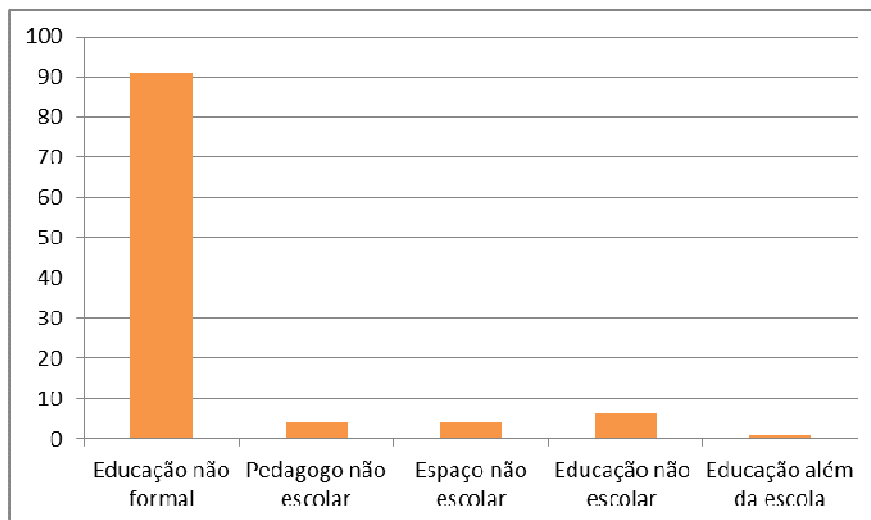
MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES DO BANCO DE TESES DO IBICT DE 2004 A 2018

Sendo a educação não formal um conceito que surgiu há 50 anos, nos propomos realizamos um levantamento das produções com a temática estudada, com o objetivo de conhecer o que se tem investigado sobre o objeto de estudo. Para isso, optou-se por pesquisar o banco de teses e dissertações do IBICT, para obter informações sobre as investigações realizadas em um período de 2004 até 2018.

O IBICT é um órgão nacional de informação dependente do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, criado em 1954, como IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), tendo alterado seu nome para o atual em 1976. Na sua página da *web*, oferece informação para a pesquisa por meio de uma Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, onde podem se encontrar diferentes trabalhos de investigação defendidos no país.

Para realizar o levantamento das teses e dissertações do banco de dados do IBICT, selecionamos desde o ano de 2004 até 2018, e foram encontrados 106 trabalhos com os descritores: Educação não formal; Educação não escolar; Educação além da escola; Pedagogo não escolar e Espaço não escolar – divididos da seguinte forma:

Gráfico 1: Número de pesquisas segundo descritores

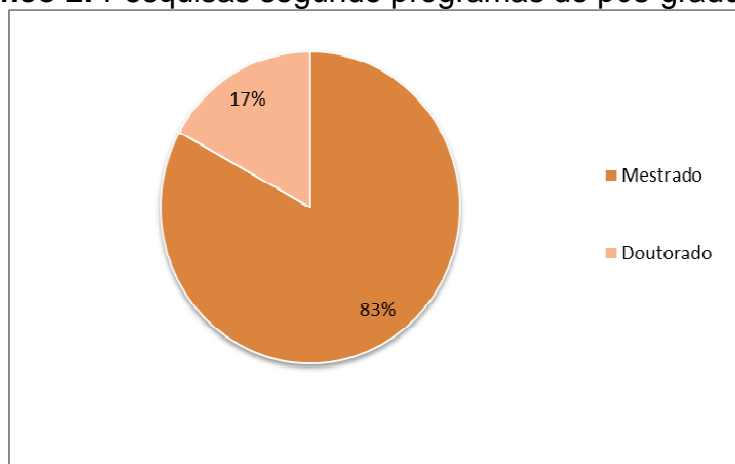


Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora a partir de <http://www.ibict.br> (2019)

Foram localizadas 91 pesquisas com o descritor Educação não formal, 4 com o descritor Pedagogo não escolar, 4 com Espaço não escolar, 6 com Educação não escolar e uma pesquisa com o descritor Educação além da escola. Podemos observar que a maioria utiliza o conceito educação não formal, terminologia que tem sido utilizada pelos pesquisadores que têm publicado os livros de referência na temática no Brasil.

Dessas 106 pesquisas, uma quantidade significativa corresponde aos programas de pós-graduação com mestrado, já que 83% são trabalhos de dissertação, sendo só 17% pesquisas de teses de diferentes programas de doutorado.

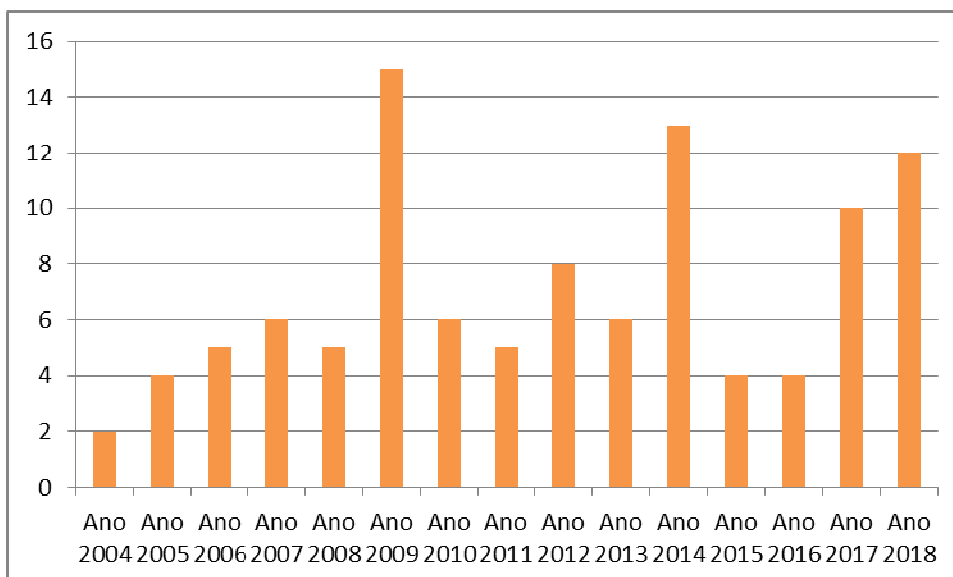
Gráfico 2: Pesquisas segundo programas de pós-graduação



Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora a partir de <http://www.ibict.br> (2019)

Quanto aos anos em que foram defendidas essas teses e dissertações não existe uma tendência de crescimento ou decréscimo. Observou-se que, nestes anos, foram realizadas entre cinco ou seis pesquisas no país sobre a temática, tendo uma diferença em 2009, com 15 investigações, 13 em 2014, 10 em 2017 e 12 em 2018. Embora tenha existido essa quantidade de trabalhos defendidos nesses anos, consideramos que ainda são poucas as pesquisas sobre educação não formal no Brasil.

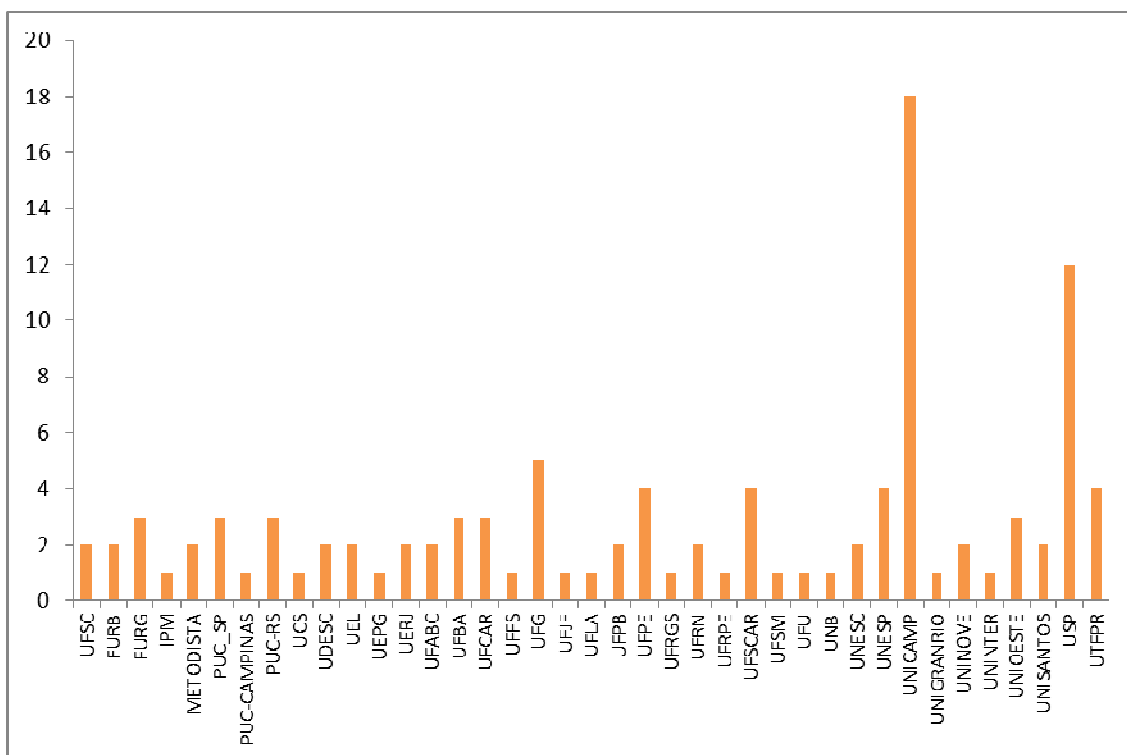
Gráfico 3: Número de pesquisas segundo ano de defesa



Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora a partir de <http://www.ibict.br> (2019)

Estes 106 trabalhos de dissertação e teses foram defendidos desde 2004 até 2018 e correspondem a 39 universidades diferentes, sendo que a UNICAMP apresentou 18 trabalhos, a USP teve 12 trabalhos e a UFG 5 pesquisas. As três foram às universidades com maior quantidade de pesquisas desenvolvidas. Note-se que o resto das universidades apresentou entre um e dois trabalhos.

Gráfico 4: Número de pesquisas segundo instituição



Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora a partir de <http://www.ibict.br> (2019)

Em suma, são 106 os trabalhos que se acharam no banco de teses e dissertações do IBICT, de 2004 até 2018, com a temática educação não formal. Destes, a maioria corresponde a programas de pós-graduação de mestrado, de 39 diferentes universidades do Brasil.

MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENCONTROS DA ANPED DE 2005 A 2018

A ANPED é uma associação criada em 1978, que reúne os professores e estudantes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação do Brasil, assim também como os pesquisadores da área, com o fim de promover o desenvolvimento do ensino e pesquisas em educação com os princípios de liberdade, participação democrática e justiça social. Essa associação realizava reuniões anuais, sendo agora bianuais, como um espaço de debate e aperfeiçoamento de seus membros. As temáticas, artigos e conclusões

apresentadas nesses encontros são socializados através de sua página na *web*.

Para fazer o levantamento dos trabalhos apresentados nas reuniões da ANPED nos últimos anos, de 2005 até 2018, foram selecionados dois grupos de trabalho relacionados à temática desta pesquisa, o 6 (Educação popular) e o 8 (Formação de professores). Os descritores utilizados foram Educação não formal; Educação não escolar; Educação além da escola; Pedagogo não escolar e Espaço não escolar. Nesses grupos, foi encontrado um total de cinco trabalhos correspondentes aos anos de 2007, 2011 e 2015, apresentados nas seguintes tabelas.

Tabela 1: Trabalhos apresentados na ANPED GT 6 (2005-2018)

GT 6 Educação popular					
Descritor Reunião/Ano	Educação não formal	Educação não escolar	Educação além da escola	Pedagogo não escolar	Espaço não escolar
28ª 2005	0	0	0	0	0
29ª 2006	0	0	0	0	0
30ª 2007	2	1	0	0	0
31ª 2008	0	0	0	0	0
32ª 2009	0	0	0	0	0
33ª 2010	0	0	0	0	0
34ª 2011	0	0	0	0	0
35ª 2012	0	0	0	0	0
36ª 2013	0	0	0	0	0
37ª 2015	0	0	0	0	0
38ª 2017	0	0	0	0	0

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora a partir de <http://www.anped.org.br> (2019)

Tabela 2: Trabalhos apresentados na ANPED GT 8 (2005-2018)

GT 8 Formação de professores					
Descritor Reunião/Ano	Educação não formal	Educação não escolar	Educação além da escola	Pedagogo não escolar	Espaço não escolar
28ª 2005	0	0	0	0	0
29ª 2006	0	0	0	0	0
30ª 2007	0	0	0	0	0
31ª 2008	0	0	0	0	0
32ª 2009	0	0	0	0	0
33ª 2010	0	0	0	0	0
34ª 2011	1	0	0	0	0
35ª 2012	0	0	0	0	0
36ª 2013	0	0	0	0	0
37ª 2015	1	0	0	0	0
38ª 2017	0	0	0	0	0

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora a partir de <http://www.anped.org.br> (2019)

No grupo de trabalho de Educação popular pesquisado no período de tempo de 2005 a 2018, com o descritor Educação não formal foram encontrados dois trabalhos e com o descritor Educação não escolar um. Não foram localizados resultados com os descritores Educação além da escola, Pedagogo não escolar e Espaço não escolar⁴.

Um dos trabalhos achados denomina-se *O formal e o não formal na trajetória formativa de educadoras de jovens e adultos na perspectiva da educação popular*, de Ana Cláudia Ferreira Godinho, da UNISINO. Nela, a autora apresenta a pesquisa na qual estudou a relação entre a educação formal e não formal na formação dos educadores da escola pública de jovens e adultos, desde a perspectiva da educação popular e sua identificação com o campo educacional popular. Para desenvolver essa pesquisa, realizou observações e entrevistas semiestruturadas com quatro educadoras da EJA. No final do trabalho, expõe os desafios dos educadores da EJA desde a perspectiva da educação popular na formação continuada em serviço.

⁴ Todos os trabalhos foram apresentados no ano 2007, na 30ª Reunião Anual de ANPED, com a temática “ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social”.

O outro trabalho achado com o denominador não formal é de Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, da UEPG, intitulado *Dilemas e contradições de projetos de educação não formal com a educação popular: reflexões sobre práticas e saberes*. Nele, a autora analisa as propostas curriculares de três projetos sociais que trabalham com jovens e adultos de classes populares no interior de Paraná e as implicações sociais desses projetos para os sujeitos que participam. Nas considerações finais, argumenta que a educação não formal é um campo em construção e, embora a educação não formal se apoie nos princípios da educação popular, na prática, os projetos estavam voltados para o assistencialismo. Discute também a falta de apoio do Estado e da sociedade civil e os desafios da formação dos educadores.

O trabalho correspondente ao descritor Educação não escolar, de autoria de Dinora Tereza Zucchetti e de Eliana Perez Gonçalves de Moura, da FEEVALE, intitulou-se *Educação não escolar e universidade: necessárias interlocuções*. Debateu o caráter educativo das experiências de educação não escolares e o desafio da formação dos educadores que se desenvolvem como profissionais nesses espaços do campo social. A pesquisa se baseou na investigação de duas instituições que trabalham com crianças e jovens socialmente vulnerabilizados, centrando-se na formação em serviço dos educadores. Também refletiu sobre a universidade e sua relação com os projetos de educação não escolar, dada através de diferentes projetos de extensão, assim como o desafio de formar profissionais aptos para essas atividades e ampliar as pesquisas sobre essa temática.

No período de tempo pesquisado na ANPED, de 2005 até 2018, no grupo de trabalho denominado Formação de Professores, localizamos dois trabalhos com o descritor Educação não formal (dos anos de 2011 e 2015) sendo negativo o resultado com os descritores Educação não escolar, Educação além da escola, Pedagogo não escolar e Espaço não escolar.

O trabalho apresentado na 34ª reunião, de 2011, que tinha como tema a Educação e justiça social, foi de autoria de Lisandra Marisa Príncipe e de Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e se intitulava *Necessidades formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal*. Nesse texto, as autoras apresentaram uma pesquisa feita pela PUC-SP, que teve o objetivo de

conhecer a formação dos educadores que trabalham em espaços não formais, assim como as necessidades formativas destes e os desafios que enfrentam na cotidianidade. Para isso, realizaram um estudo de caso em duas ONGs no município de São Paulo, coletando os dados através de observações e entrevistas semiestruturadas aos educadores das instituições. Esse trabalho refletiu sobre a ampliação do conceito de Educação e a formação continuada dos educadores contextualizada nos espaços e realidades particulares de cada projeto de educação não formal.

O outro texto foi apresentado na 37^a ANPED, em 2015, por Cristina Andréa Vianna Prudêncio, representando a UESC e se denominou *A perspectiva curricular CTS nos estágios curriculares realizados em espaços de educação não formal: contributos para a formação de licenciandos em Ciências Biológicas*. Nele, se analisou a influência, na formação dos licenciados em Ciências Biológicas, do estágio curricular desenvolvido em espaços não formais, por meio da observação e participação em projetos de extensão. Como campo da pesquisa, foram selecionados os estudantes do Estágio Curricular II numa universidade estadual do sul da Bahia. A intenção da autora foi estudar como essa experiência pode aprofundar a formação de alunos críticos e de futuros professores comprometidos com a sociedade.

Os dois trabalhos descrevem e refletem sobre experiências particulares de diferentes cidades e Estados, elaborando um estudo de caso que permitem a aproximação com o que acontece na formação em espaços de educação não formal, desde âmbitos além da escola até o Ensino Superior. Na pesquisa de documentos realizada nas páginas da *web* correspondentes a cada reunião da ANPED destes últimos anos, desde 2005 até 2018, não se acharam trabalhos que investigaram a formação inicial e continuada dos pedagogos que atuam em espaços não formais.

Ao observar o quadro e a descrição dos trabalhos apresentados nas últimas reuniões da ANPED, é possível se verificar a escassa produção sobre a temática e a inexistência de um grupo de trabalho que aborde a educação não formal. Nas pesquisas apresentadas, verificou-se que a maioria trabalha sobre a formação de quem participa desses variados espaços fora da escola, centrando-se na formação continuada, mas nenhuma investigação aborda a

especificidade da atuação e formação dos pedagogos que se desenvolvem como profissionais nas experiências de educação não formal.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O mapeamento da produção acadêmica realizado no Banco de Teses do IBICT, nos permitiu investigar a presença ou a ausência da temática de “educação não formal”, nas produções científicas em programas de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado e doutorado de universidades brasileiras, de 2004 a 2018 no IBICT e das produções apresentadas nas reuniões da ANPED de 2005 até 2018. De início podemos afirmar que existe uma ausência de produções na academia, e que permanece a produção ligada a teóricos de renome dentro do mundo acadêmico. O mapeamento proporcionou, evidenciar a necessidade de trabalhos para poder ampliar o estudo referente aos novos espaços de atuação dos pedagogos e os desafios que são postos as instituições formadoras. Porém, fica evidente pelos números expressos de trabalhos que mesmo nos últimos 14 anos, havendo uma afirmação dos novos campos de atuação dos pedagogos via normativas legais, isso não tem resultado em produções de trabalhos acadêmicos no universo macro das produções.

Identificamos a necessidade de se fomentarem pesquisas referentes à este campo, pois os números de trabalhos são ainda, incipientes. Assim, cai sobre o ombro da formação inicial e continuada uma responsabilidade, ao promover a formação desses futuros profissionais, em relação a campo formativa para atuação em espaços não escolares e na educação não formal.

Este trabalho nos permitiu identificar a lacuna sobre a temática da educação não formal e procurou ser um aporte para repensar a formação inicial atual dos futuros e futuras licenciados e licenciadas em Pedagogia. Por fim, não poderíamos deixar de destacar a importância dessas bases de socialização de conhecimento: CAPES, IBICT e a página da ANPED no que tange as diversas áreas dos conhecimentos, possibilitando aos pesquisadores dos rincões mais distantes desse país o contato com a produção coletiva

desses homens e mulheres que se atrevem a fazer pesquisa nesse Brasil e porque não dizer do mundo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática. In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. (org.) **A sociologia na escola: Professores, educação e desenvolvimento**. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

ANDERSON, P. Neoliberalismo: un balance provisório. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **La trama del neoliberalismo**. Buenos Aires: CLACSO, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura** Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº5/2005, 13 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura** Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1/2006, 15 de maio de 2006.

BORON, A. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **La trama del neoliberalismo**. Buenos Aires: CLACSO, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009.

BRUSILOVSKY, S. **Educación no formal ¿una categoría significativa?** Buenos Aires: Mimeo, 1994.

DRUKER, P. **La sociedad poscapitalista**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogía de la autonomía: saberes necesarios para la práctica educativa**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 48. Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crises do capitalismo real**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, M. G. **Organizações não governamentais: a modernidade da participação social brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edição Loyola, 1992.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Identidade da Pedagogia e Identidade do Pedagogo. In: BRABO, T. S.; CORDEIRO, A. P.; COSTA, S. G. (org.). **Formação do pedagogo e da pedagoga: pressuposto e perspectiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SIRVENT, M. T. (org.) Revisión del concepto de Educación No Formal. Debates y propuestas. **Revista del IICE Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación**, Buenos aires, ano XVII, n. 29, 2011.

TORRES, C. A. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRILLA BERNET, J. **Ensayos sobre la escuela: el espacio social y material de la escuela**. Barcelona: Laertes, 1985.

_____. **La educación fuera del aula**. Barcelona: Ariel, 1992.

_____. A educação não formal. In: ARANTES, V. (org.) **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.

VICENTE, M. E. **A cien años de la fundación de las Ciencias de la Educación en la Universidad Nacional de La Plata: estrategias y prácticas de los egresados en la reconstrucción del campo profesional (1970-2012)**. 243 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, sede Argentina. Buenos Aires, 2014.

Recebido em: 26/02/2019

Aprovado em: 01/10/2019